

2. Enquadramento histórico-arqueológico da Alcáçova de Santarém

2.1. O tempo e o espaço: leitura relacionada dos dados históricos e arqueológicos (ocupação romana)

A Alcáçova de Santarém constitui terreno privilegiado para a leitura conjugada de informações de origem muito diversa, tais como fontes literárias e dados epigráficos e arqueológicos. Naturalmente que, no longo período cronológico que este estudo aborda, isto é, desde o início da ocupação romana em Santarém (meados do século II a.C.) até sensivelmente ao século VI (data das últimas importações de *sigillata* foceense tardia), a natureza dos conhecimentos que se analisam é muito diversa e desigual. Se para o início da ocupação romana se dispõem, além de inúmeros dados relativos aos materiais e estruturas arqueológicas encontradas, de fontes literárias importantes, existem outros períodos que permanecem na quase total obscuridade. Efectivamente, a escassez de testemunhos, quer do ponto de vista literário, quer arqueológico, existentes para a Alcáçova, relativos ao período do final da ocupação romana e alta idade média, não é exclusivo da cidade escalabitana, pois este período encontra-se, ainda, bastante mal caracterizado, para o conjunto do território português.

A actual cidade de Santarém corresponde à *Scallabis* romana referida em diversos textos clássicos (Plínio, Ptolomeu, Itinerário de Antonino). A área da Alcáçova constitui o único local onde, até ao momento, se documentaram vestígios arqueológicos desde o século VIII a.C. até à actualidade. O sítio possui uma localização privilegiada, quer do ponto de vista da acessibilidade, quer da defesa, permitindo um vasto domínio visual das áreas circundantes. Situado a cerca de 80 km da foz do rio Tejo, o planalto da Alcáçova ocupa actualmente 4,5 ha, área que deve ter sido mais ampla, pois o constante processo de erosão a que as suas barreiras estão sujeitas tem provocado a sua diminuição. A área do sítio arqueológico corresponde, actualmente, a parte da freguesia urbana da cidade de Santarém, estando ocupada pelo Jardim Municipal das “Portas do Sol” e suas dependências e por um conjunto de edificações de carácter habitacional e religioso.

Plínio indica que Santarém, designada por *Scallabis Praesidium Iulium*, constituiu uma das colónias da Província da Lusitânia e que foi a sede de um dos seus três Conventos Jurídicos. Se não constitui hoje motivo de discussão a cronologia do *praesidium*, datado do pretorado de César na Ulterior em 61 a.C., o mesmo não se pode afirmar em relação à cronologia da fundação da *colonia*. Efectivamente, o epíteto *Iulium*, associado ao facto de a maioria dos cidadãos de *Scallabis* terem sido inscritos na tribo Sérgia, aponta para que a iniciativa da fundação tenha partido de César. O assunto não se encontra encerrado, e Vasco Mantas propõe que *Scallabis* tenha tido fundação projectada por César, mas apenas concretizada após a sua morte (Mantas, 1993, p. 487). A reforçar esta hipótese estaria a dupla inscrição, nas tribos Sérgia e *Galeria*, a última documentada epigraficamente (CIL II 326=5229). Recentemente, António Faria, contrariando, em parte, as teses que tinham sido apresentadas anteriormente pela signatária e Ana Margarida Arruda (Arruda e Viegas, 1999), afirma: “Parece-nos algo prematuro defender, apenas com base na inscrição CIL II 326 = 5229, que documenta nas imediações de Santarém um cidadão adscrito à tribo

Galeria, a realização de uma segunda *deductio* por parte de Augusto (*contra*, González, 1989, p. 140-141; Curchin, 1991, p. 123; Mantas, 1993a, p. 486-487; Arruda e Viegas, 1999, p. 189, 190), devendo tal teoria assentar num maior número de testemunhos epigráficos da presença daquela tribo no território de *Scallabis* (Faria, 1999, p. 43).

O que parece não constituir motivo de dúvida é o facto da *colonia* ter uma origem militar, e de a sua fundação ter ocorrido no terceiro quartel do século I a.C.

Ao contrário do que se afirmava anteriormente, parece possível defender que a criação dos *conventus iuridicus* da Lusitânia data da época de Augusto e não do tempo dos Flávios (Dopico Caínzos, 1986).

Desconhece-se, com exactidão, quais terão sido os limites geográficos do *conventus*, sabendo-se apenas que devia incluir um determinado número de *civitates*. Neste ponto, nem as fontes literárias nem as epigráficas podem elucidar. Segundo a argumentação de Jorge de Alarcão, os limites territoriais do *conventus scallabitanos* deviam certamente prolongar-se para sul, para a margem esquerda do Tejo (Alarcão, 1988, p. 58). Esta importante

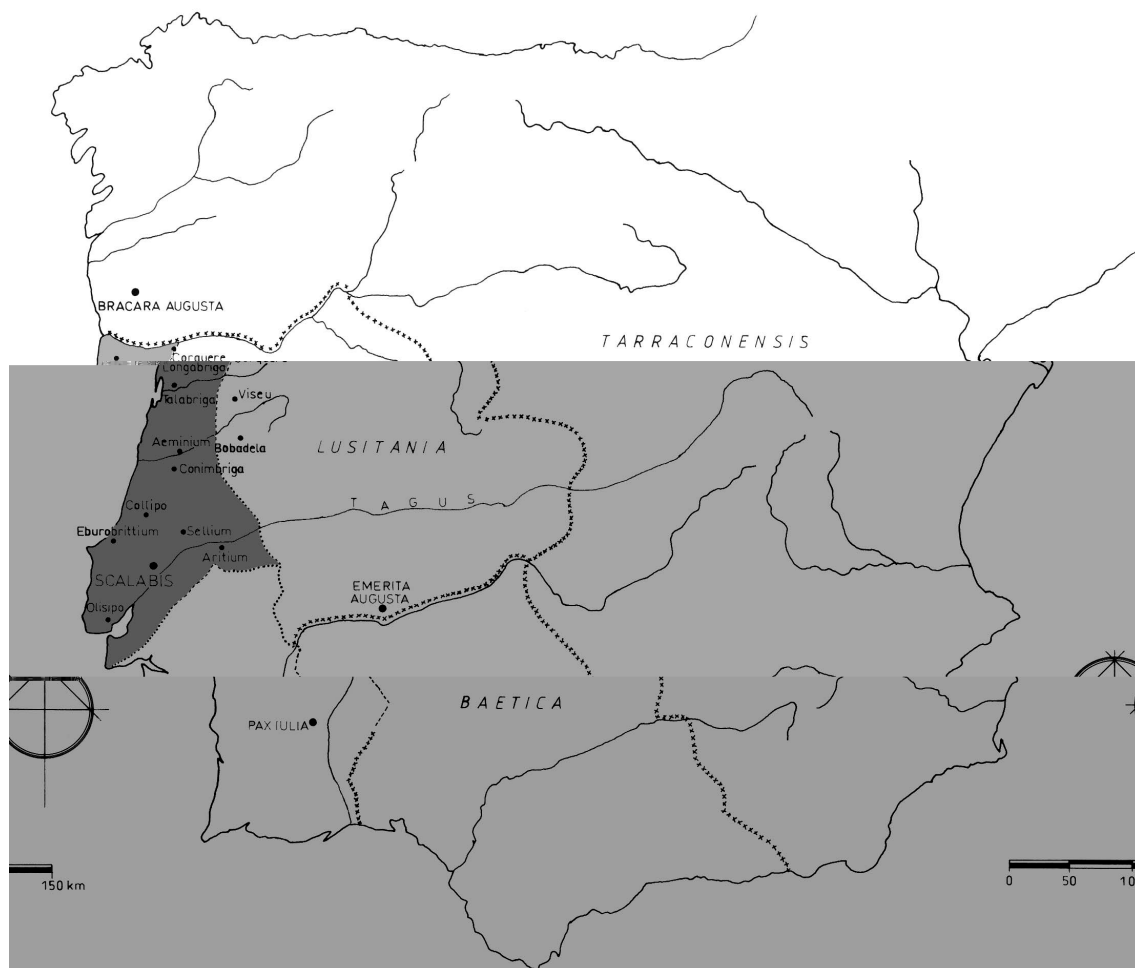


FIG. 2 – Mapa dos *conventus* da Lusitânia (segundo Alarcão et al., 1990, p. 319-329).

circunscrição administrativa e judicial incluía cidades como *Olisipo*, *Seilium* e Conímbriga. No entanto, e perante a importância que a cidade de Lisboa parece ter adquirido, desde muito cedo, Jorge de Alarcão coloca mesmo a hipótese da sede do *conventus* ter sido transferida para esta cidade (Alarcão 1994, p. 60). Pelo contrário, Cardim Ribeiro considera que “De facto, não existem quaisquer razões concretas que induzam a supor que *Scallabis* não tenha cumprido regularmente a sua função como centro administrativo regional” (Ribeiro, 1994, p. 77-78). Vasco Mantas considera que o elevado número de inscrições, provenientes de Lisboa, relacionadas com magistrados, seria indicador de que, no plano político, *Olisipo* teria suplantado *Scallabis*. Da mesma forma, teria também ultrapassado *Salacia*, do ponto de vista económico, “impondo-se como principal centro marítimo da Lusitânia (Mantas, 1994, p. 71). Esta é também a opinião de Tranoy que afirma que “si *Scallabis* conserve son titre de capitale de *conventus*, la concurrence de la cité voisine d’*Olisipo* se renforce et que cette cité tend à supplanter, par son rôle économique, la capitale administrative “ (Tranoy, 1990, p. 20).

Independentemente da influência que Lisboa terá exercido, a importância da cidade de *Scallabis* está atestada, também pelo facto de se encontrar num ponto privilegiado na rede viária. Efectivamente, a via que ligava *Olisipo* à capital da Lusitânia (Mérida) tinha passagem obrigatória por *Scallabis*, o mesmo sucedendo com a via que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta* (Mantas, 1993, p. 222-223). Seria junto a *Scallabis* que se fazia a travessia do Tejo.

As transformações que o traçado do rio Tejo sofreu desde a Antiguidade até aos nossos dias, aliado ao facto da região do Vale do Tejo não ter sido objecto de estudos de prospecção arqueológica sistemática, podem explicar a escassez de vestígios conhecidos em torno de Santarém. As descrições de Estrabão apontam para que esta lezíria fosse particularmente fértil, sobretudo para o cultivo de cereais, da vinha e na produção de azeite. Podia obter-se ouro, pela lavagem das areias do Tejo, e os cavalos criados nas suas margens eram conhecidos pela sua velocidade.

Entre os achados arqueológicos romanos existentes no concelho de Santarém, encontra-se a referência a uma sepultura de incineração datada do século II, encontrada na freguesia rural do Pombalinho. Do espólio proveniente desta sepultura, salienta-se, além de vários objectos em vidro, uma estatueta da deusa Fortuna (Alarcão, 1968). Foram, recentemente, dados a conhecer mais alguns dados sobre a ocupação romana em redor de Santarém (Quinteira, 1996). Destaca-se a *villa* romana da Azeitada (Almeirim), da qual se publicou, há pouco tempo, um conjunto de materiais arqueológicos provenientes de achados de superfície e que testemunham a presença romana desde, pelo menos, o reinado de Augusto (Quinteira, 1998, p. 151-183).

No que diz respeito ao urbanismo antigo, e ao contrário do que foi afirmado por alguns autores, não se confirmou, até ao momento, a existência de quaisquer vestígios da presença romana fora da área da Alcáçova de Santarém, o que parece negar a hipótese de Jorge Gaspar que defendeu a persistência do traçado urbano romano. Assim, o eixo formado pela Rua Capelo e Ivens/Miguel Bombarda e João Afonso/1.º de Dezembro corresponderia ao *cardo* máximo e o *decumanus* máximo da cidade antiga (Gaspar, 1975) tese que foi seguida por José Manuel Garcia (Garcia, 1977), José Augusto Rodrigues e Jorge Custódio (1997).

Posteriormente, Vasco Mantas, com base na análise da fotografia aérea e na interpretação da evolução da topografia urbana, veio contrariar esta proposta, afirmando que todo o traçado urbano da cidade se desenvolveu com base nos eixos de acesso à Alcáçova (Mantas, 1986, p. 16). No quadro do projecto de Arqueologia Urbana que a Câmara Municipal de Santarém tem vindo a implementar desde 1992 para toda a área do Centro Histórico, tive

oportunidade enquanto arqueóloga da Autarquia de efectuar intervenções arqueológicas, de carácter preventivo, nesta área. Concretamente, foi feito o acompanhamento de remoção de terras e escavação preventiva na rua Capelo e Ivens n.º 10-12 e 52. Num dos locais (Rua Capelo e Ivens n.º 10-12), a rocha de base calcária, cuja cota de profundidade é muito irregular em todo o centro histórico, encontrava-se a escassos 10 cm de profundidade, não se tendo encontrado quaisquer vestígios, nem sequer da época medieval. Na Rua Capelo e Ivens n.º 52, a necessidade de acompanhamento de remoção de terras para a abertura de uma cave, levou à identificação de um conjunto de estruturas de época islâmica, nomeadamente vestígios da base de uma parede, possivelmente de uma estrutura habitacional. A análise preliminar da estratigrafia observada e a classificação da cerâmica exumada permitiram datar este conjunto da época Almorávida-Almóada.

A intervenção arqueológica que teve lugar na Rua Miguel Bombarda n.ºs 33-35, da responsabilidade de Maria José de Almeida, permitiu identificar, numa ampla área um conjunto de silos islâmicos, bem como estruturas que foram datadas dos séculos XIII-XIV (Almeida, no prelo). Confirma-se, assim, que não existe, do ponto de vista do registo arqueológico, qualquer possibilidade de se manter a teoria de que o *cardus* e o *decumanus* da cidade antiga se situavam na confluência das artérias acima mencionadas.

Se Mantas não contesta a associação da área da Alcáçova ao *Praesidium* de Plínio, este investigador considera que a *colonia* não deve localizar-se neste planalto. Os factos que apresenta como argumentos para a sua tese baseiam-se num estudo detalhado das referências de autores medievais e na suposta descontinuidade dos vários núcleos urbanos que estiveram na génese da formação da vila medieval (Mantas, 1996, p. 584-600). Um dos problemas por resolver consiste no facto de Estrabão ter “esquecido” a referência à cidade *scallabitana*, quando menciona Móron e *Olisipo*, no vale do Tejo. Por outro lado, nas referências dos autores árabes transparece a ideia de uma cidade bipolarizada, com um importante núcleo ribeirinho, sendo igualmente considerada a área, de apenas 4,5 ha muito reduzida para poder ter sido ali edificada a *colonia* (Mantas, 1996, p. 596). Não deve, a este propósito deixar de se recordar a indicação de Jorge de Alarcão, que, a este respeito, afirma: “Talvez a cidade actual não se sobreponha exactamente à romana, ou esta se dividisse em vários núcleos não contínuos, um no morro onde se situa a Alcáçova, outro na ribeira do Tejo (Alarcão, 1988, p. 48).

O que é indesmentível é que na Alcáçova de Santarém existem vestígios bem documentados de inúmeras estruturas do período romano, cuja articulação e funcionalidade tem sido objecto de estudo. Entre os edifícios que podem considerar-se de carácter público, destaca-se o templo romano de *Scallabis*, datado do período tardo republicano, e que constitui um monumento singular, quer na sua cronologia quer quanto à sua configuração. De planta quadrangular, conserva-se da sua estrutura o *podium* (com 15 m de lado), construído no característico *opus caementicium* romano e parte da *cella* (Arruda e Viegas, 1999, p. 194-195). Julga-se que o templo de *Scallabis* seja um capitólio, dada a sua cronologia tardo-republicana tal como sucede com outros edifícios idênticos, de planta quadrangular. (Arruda e Viegas, 1999, p. 201). Este edifício apresenta uma localização privilegiada, no seio da própria Alcáçova, pois situa-se numa área muito próxima a de uma das vias de acesso ao planalto: calçada de Santiago e antiga rua de Alpran (Mantas, 1986, p. 16).

Mais difícil de determinar é a função de um outro edifício romano, do qual apenas se conserva o extremo Oeste. Trata-se de uma estrutura, localizada no interior da Capela-Mor da Igreja de Santa Maria de Alcáçova, que apresenta paredes de 2,80 m de espessura e é contrafortado no interior. Ainda no interior deste edifício religioso, utilizados como material de construção colocados no topo das colunas da nave da igreja, existem uma série de capitéis romanos datados do século II e III (Fernandes, 1997). É significativo, o facto desta área

da Alcáçova ser a que concentra um maior número de construções do período romano, pois corresponde à localização do Palácio Real de Afonso Henriques.

Pelas suas dimensões e características, julga-se que as cisternas situadas na vertente Oeste da Alcáçova, junto à muralha virada à Estrada de Alfange, têm também um carácter público. Trata-se de um conjunto de pelo menos quatro depósitos intercomunicantes, de armazenamento de água, construídos na rocha de base calcária, tendo esta sido escavada para o efeito. Destes, apenas se conserva, actualmente, um dos depósitos que apresenta condições de conservação excepcionais, sendo visível o arranque da abóbada da sua cobertura, com paredes com uma altura de cerca de 3 m. Nas suas imediações, identificou-se um tanque, também construído no subsolo da rocha calcária, e uma série de pavimentos de *opus signinum* que poderão estar relacionados com esta estrutura de armazenamento de água.

Os dados sobre os diversos momentos do urbanismo romano são escassos e encontram-se muito fragmentados. Existem, nas diferentes áreas da Alcáçova que foram objecto de escavação, restos de construções romanas que devem corresponder a habitações. A sua conservação foi muito afectada pela construção quer de silos, testemunhos da ocupação islâmica, quer por construções mais recentes.

A ocupação da Alcáçova de Santarém durante a Idade do Ferro foi já objecto de tratamento detalhado, por parte de Ana Margarida Arruda (2000 e 2002), encontrando-se em fase de estudo os vestígios do período romano. Espólio arqueológico e estruturas são actualmente objecto de investigação num projecto plurianual que decorre com o apoio do Instituto Português de Arqueologia. Apesar disso, existe um amplo conjunto de dados que permitem estabelecer um quadro bastante completo da sequência da ocupação romana, neste local.

A primeira ocupação de Santarém data do século VIII a.C., e está relacionada com a presença comercial fenícia no estuário do Tejo (Arruda, 1993a; Arruda, 1999). Os primeiros testemunhos da ocupação romana da Alcáçova são datados século II a.C. e correspondem a fragmentos de cerâmica campaniense da classe A, decorada com palmetas, ânforas da classe 2 da tipologia de Peacock e Williams (greco-italicas)(Peacock e Williams, 1988), assim como cerâmica de paredes finas da Forma II de Mayet (Arruda, 1993a; Arruda e Viegas, 1999). Estes materiais devem relacionar-se com presença militar romana no vale do Tejo, designadamente com as campanhas de Décimo Júnio Bruto em torno de 138 a.C. Efectivamente, Estrabão refere que este procônsul romano “fortificou *Olisipo* e que utilizou, como base de operações, a cidade indígena de Móron, situada à beira do Tejo a uns 500 estádios do mar” (Alarcão, 1988). A localização de Móron tem sido relacionada com o sítio de Chões de Alpompé (Vale de Figueira) que pouco dista de Santarém, existindo entre ambos uma total visibilidade.

É abundante a colecção de cerâmica campaniense recolhida na Alcáçova de Santarém. Apesar de estarem representados todos os fabricos em que esta cerâmica foi produzida (A, B, B-óide e C) são os fabricos B e B-óide os dominantes. Quanto à sua cronologia, constata-se que o auge das importações deste tipo de cerâmica na Alcáçova ocorreu entre o terceiro e o segundo quartel do século I a.C. Igualmente do período republicano, existem inúmeros exemplares de paredes finas (Arruda e Sousa, no prelo) das formas Mayet III e VIII (Mayet, 1975), assim como abundante espólio anfórico. A investigação sobre o aprovisionamento de produtos vinários demonstrou que estão presentes no estabelecimento militar de Santarém, quantidades significativas de ânforas das Classes 2, 3, 4, 5, 8 e 10 (Arruda e Almeida 1999, p. 317). Dentre estas, são as formas Dressel 1A, 1B e 1C as mais abundantes, estando datadas entre o segundo quartel do século I a.C. e os inícios do último quartel do mesmo século. Se inicialmente estes contentores se encontram, em Santarém, associados às ânforas da Classe 32, a partir dos finais do segundo quartel do século I a.C. e os inícios

do quarto “as ânforas Dressel 1 surgem já associadas a importações do actual território espanhol, tanto vinárias (Classe 15), como de preparados de peixe (Classe 67)” (Arruda e Almeida, 1999, p. 319). As importações itálicas têm origem sobretudo na Câmpania, Lácio e Etrúria, sendo as provenientes da costa adriática, designadamente de Brindisi, mais escassas (Arruda e Almeida, 1999, p. 319).

É significativo o conjunto de ânforas da Classe 32 (Mañá C2) existentes em Santarém. Trata-se de uma série de materiais que documentam o abastecimento de preparados de peixe com origem na Andaluzia (Arruda e Almeida, 1998, p. 201-231).

Como já se referiu, é nos finais da época republicana que Santarém começa a receber importações vinárias da Classe 15 (Haltern 70), com origem na Bética (Arruda e Almeida, 2000). Estas não constituem, no entanto, as primeiras importações daquela província pois está documentada a presença, em Santarém, de “outros produtos alimentares envasados em ânforas, como é o caso do azeite e dos preparados piscícolas” (Arruda e Almeida, 2000). Quanto à evolução destas importações, elas parecem ter ocorrido sobretudo durante o terceiro quartel e os finais do século I a.C. O consumo de produtos originários desta região da actual Andaluzia decrescem significativamente a partir dos finais do século I d. C. A presença cada vez mais forte das importações vinárias béticas, sobretudo a partir dos finais do século I a.C. corresponde ao fenómeno de progressiva substituição em relação às produções itálicas.

O início do período imperial encontra-se igualmente bem documentado em Santarém, através de cunhagens atribuídas a P. Carísio, datadas de 27/25 a.C. Do mesmo modo, são abundantes as cerâmicas finas de importação deste período, nomeadamente a cerâmica de paredes finas e de engobe vermelho pompeiano. Como se verificará, é, também, significativa a quantidade de *sigillata* de tipo itálico desde momento inicial do império.

O fenómeno, geralmente observado noutros sítios romanos, de relativa vulgarização dos recipientes em vidro a partir de finais do século I d. C., está documentado no conjunto de vidros antigos da Alcáçova de Santarém (Antunes, 2000, p. 153-199). A importação dos primeiros vidros deve ter ocorrido nos finais do século I, inícios da centúria seguinte, tendo estes produtos, nesta época, um carácter luxuoso. A maior quantidade de importação de vidro, sobretudo a partir dos Flávios, relaciona-se, como refere Ana Sofia Antunes, com “(...) uma progressiva vulgarização que a indústria vidreira conheceu por todo o Império, devido essencialmente à técnica de soflagem, que proporcionou uma maior rapidez e economia de produção, e não necessariamente com uma maior capacidade económica generalizada dos habitantes de *Scallabis*, uma vez que os objectos de vidro não assumiam já um carácter luxuoso” (Antunes, 2000, p. 195).

De uma maneira geral, parece verificar-se um decréscimo das importações de cerâmicas finas e de produtos alimentares envasados em ânforas, sobretudo a partir de finais do século I d.C., numa tendência que se acentua a partir de meados do século II. Apesar do abrandamento do ritmo das importações, mantém-se o abastecimento a Santarém de cerâmicas tardias com origem no Norte de África (*sigillata* Clara A, C e D). Do mesmo modo, regista-se a presença, embora em quantidades mais reduzidas, de fabricos de *sigillata* hispânica tardia, originária dos vales do Douro e do Ebro, habitualmente datadas do século III-IV.

2.2. A Alcáçova de Santarém no final da ocupação romana e período visigótico

Como já se referiu, são bastante escassos os dados das fontes escritas relativos à ocupação de Santarém no período que decorre entre os séculos III e VI. Inscrevendo-se no fenómeno generalizado de difusão do Cristianismo, este “teria penetrado no espaço de *Scallabis*,

quer por via comercial (atendendo às relações com o Mediterrâneo Oriental e à presença judaica e síria no seu território) quer por via romana oficial (...)" (Viegas, Custódio e Mata, 1996, p. 65). Na investigação levada a efeito para a constituição dos *dossiers* da Candidatura de Santarém a Património Mundial, ficou atestada a possibilidade de existência de um bispado na cidade (Viegas, Custódio e Mata, 1996, p. 65).

A história política revela-nos, por outro lado, que em meados do século V, no quadro da instabilidade política generalizada criada pelo progressivo domínio e consolidação do poder visigótico, Santarém é tomada em 460, num episódio protagonizado por Suerico. É também neste período que se assiste a uma reorganização do reino suevo, com progressivo avanço para sul e consequente conquista de Conímbriga em 468. Os dados que dispomos para este período são transmitidos sobretudo pela crónica do bispo Idácio de Chaves, sendo quase inexistentes a partir desta data. É ainda difícil reconstituir com exactidão os domínios territoriais destas duas forças políticas em confronto. No entanto, a linha do Tejo parece ter correspondido a um espaço de "fronteira" entre estas duas realidades.

É, extremamente difícil, analisar hoje, um conjunto de documentos que correspondem a elementos arquitectónicos, tradicionalmente, atribuídos ao período visigótico. Efectivamente, à luz das recentes teorias sobre o vigor das comunidades moçárabes sob domínio islâmico (Real, 1995, p. 17-68), muitos desses vestígios foram considerados mais tardios. Assim, a cancela de altar proveniente da Igreja de S. João Evangelista de Alfange, que era tradicionalmente apontada como sendo do período visigótico, encontra-se hoje datada do século VIII-IX (Custódio, 1998, p. 86).

Indesmentíveis são "as ligações a Constantinopla documentadas pela presença do natural de *Scallabis*, bispo João Biclarense (século VI)", naquela cidade (Viegas, Custódio e Mata, 1996, p. 66). Deve-se a este autor, que cedo abandonou Santarém em direcção ao Oriente, o *Chronicon* que relata os momentos finais do reino suevo e a sua integração no domínio visigótico (Maciel, 1996, p. 66). As relações comerciais com o extremo oriental do Mediterrâneo estão bem documentadas na Alcáçova, num conjunto significativo de *sigillata* focense tardia.

Conforme refere Justino Maciel, a conotação militar da colónia de *Scallabis*, mencionada por Plínio, manter-se-á durante a antiguidade tardia: "Esta conotação continuará até à antiguidade tardia nos contextos suévico e visigótico, pois o Calendário do Antifonário de Léon, que procederá de Évora, indica, (...) o culto de Santa Irene *in scallabi castro* no século VI (Maciel, 1996, p. 29).